



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0007963-93.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**
 Embargante: **RI Logística Ltda**
 Embargado: **Ribeiro As Comercio de Pneus**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

RL LOGÍSTICA LTDA propôs os presentes **EMBARGOS DE TERCEIRO** em face de **RIBEIRO AS COMERCIO DE PNEUS**.

Alega o embargante, em suma, que é proprietário e possuidor do caminhão SCANIA P124CB6X4NZ, cor amarela, 2006/2006, placa CZB 8544, que acabou sendo bloqueado por ordem judicial emitida na execução nº 1915/10, desta Vara. Afirmo que adquiriu o veículo de carga em 1º de março de 2010, época em que não havia sido distribuída a execução. Agiu de boa-fé. Requer, liminarmente, a manutenção de sua posse e autorização para licenciamento do mesmo junto ao CIRETRAN até julgamento final. Requer, também, a nulidade da penhora, do bloqueio do bem, e o cancelamento da averbação junto ao DETRAN. Pediu por fim, E, ainda, seja declarada a legalidade e validade da aquisição do caminhão. Juntou documentos às fls. 08/110.

Deferido o pedido liminar quanto à autorização do licenciamento do veículo (fls. 111).

A fls. 149 e ss a embargada apresentou defesa levantando preliminares de nulidade da citação e falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que a embargante embora tenha adquirido o veículo em 01/03/2010, apenas requereu a averbação no registro do DETRAN em 01/01/2011, razão pela qual o bloqueio foi efetivado. Alegando que não pode ser responsabilizada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

pela negligência da embargante, pediu a improcedência dos embargos e a inversão do ônus da sucumbência.

As partes foram instadas a produzir provas e permaneceram inertes (fls. 166).

As preliminares foram afastadas a fls. 167.

Declarada encerrada a instrução, as partes deixaram transcorrer “in albis” o prazo para apresentação de memoriais.

É o **RELATÓRIO**.

DECIDO.

O documento carreado a fls. 16/19, indica que o caminhão referido na inicial foi adquirido pela embargante em **01/03/2010**, antes, portanto, do ajuizamento (em dezembro do mesmo ano) da execução, e também do pedido de averbação da penhora no CIRETRAN, formulado em **23/11/2011** (cf. documento de fls. 69).

Desse modo, como o registro no órgão de trânsito foi posterior à venda, como já decidiu o STJ, por sua 2ª Turma (REsp 944.250, j. em 20/08/2007) fica afastada a presunção de fraude e reputada eficaz a alienação.

Ademais, não era **exigível** do embargante, na corriqueira atividade de comprar um veículo, a pesquisa/busca no Cartório distribuidor desta Comarca (em que reside o antigo proprietário) da existência de ações; nem mesmo essa cautela lhe daria plena segurança, na medida em que em outros foros (pelo território nacional) poderia haver o curso de processos, também com efeito de onerar o bem...



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

Referida pesquisa não configura praxe em negócios de tal natureza; o que o comprador se preocupa em buscar **é o órgão de trânsito** e os sistemas informatizados sobre multas e impostos pendentes; e tal averiguação foi operacionada sem que tenha sido constatado qualquer apontamento.

Resta claro, assim, que o embargante é terceiro de boa-fé, já que adquiriu o bem sem conhecimento do vício que o maculava.

Em casos como o analisado a boa-fé se presume cabendo a parte contrária, mais especificamente o exequente/embargado, derrubar tal presunção.

E, neste processo tal prova não foi produzida; aliás, o exequente não colocou em dúvida a boa-fé do oponente.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE TERCEIRO. COMPRA E VENDA. VEÍCULO. ADQUIRENTE DE BOA-FÉ. CERTIFICADO SEM RESTRIÇÃO. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. É considerado terceiro de boa-fé, para fins de embargos de terceiro, o adquirente de veículo automotor, cujo certificado não contém qualquer restrição. (2º TACivSP – Apel c/ Rev. nº 638.559 – Franca – Rel. Juiz Artur Marques – J. 26/08/2002 – grifei).

EMBARGOS DE TERCEIRO - Busca e apreensão - Veículo - Alienação que não foi anotada no certificado da repartição de trânsito, preserva-se a boa-fé do adquirente, mantendo-se o acolhimento de seus embargos de terceiro - Recurso improvido.(TJSP - Ap. Cível nº 1.019.142-0/5 - Santa Cruz do Rio Pardo - 28ª Câmara de Direito Privado - Relator Celso Pimentel - J. 12.06.07 - v.u. Voto nº 12.651).

Assim, só resta ao Juízo acolher a postulação trazida nos

0007963-93.2012.8.26.0566 - lauda 3



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

presentes embargos.

Destarte, **ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS**, para o fim de livrar da constrição (fls. 64) o veículo em questão.

Oficie-se para retirada da restrição no órgão de trânsito.

Como grande parcela de responsabilidade na linha de desdobramento causal coube ao embargante, que não providenciou a transferência do bem para seu nome no prazo legal, permitindo assim o pedido da exequente (constrição), ficará responsável pelo pagamento das custas.

Cada parte arcará com os honorários dos respectivos patronos.

Traslade-se cópia dessa decisão para a execução e oficie-se ao órgão de trânsito para a liberação do veículo.

P.R.I.

São Carlos, 01 de outubro de 2013.

MILTON COUTINHO GORDO

Juiz de Direito